

Audiência Pública | CDE

Competitividade começa na fluidez logística

Propostas do SINDICOMIS Nacional e da ACTC para reduzir o Custo Brasil, elevar a produtividade e melhorar o ambiente de negócios.

Luiz Ramos | Presidente

Brasília, maio de 2026



sindicomis

SINDICATO NACIONAL DE COMISSÁRIAS
DE DESPACHOS, AGENTES TRANSITÁRIOS
E INTERMEDIÁRIOS DE CARGA, LOGÍSTICA
E EFETOS EM COMÉRCIO INTERNACIONAL



actc

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DAS EMPRESAS TRANSITÁRIAS,
AGENTES DE CARGA AÉREA,
COMISSÁRIAS DE DESPACHOS
E OPERADORES INTERMODAIS



PARCEIRO
INSTITUCIONAL



**Representante
Oficial**

Diagnóstico cirúrgico

O Brasil perde produtividade antes mesmo de a mercadoria entrar ou sair da empresa.

O problema não é apenas “burocracia”. É a soma de imprevisibilidade, custo e tempo improdutivo.

1

Norma sem transição operacional

Sistemas e obrigações avançam, mas nem sempre com prazo, piloto, treinamento e convergência entre órgãos.

2

Custo logístico opaco

Armazenagem, sobrestadia, retarificações e cobranças portuárias precisam de transparência e rastreabilidade.

3

Divergência interpretativa

A mesma operação pode receber leituras distintas conforme órgão, recinto, porto, aeroporto ou autoridade local.

4

Judicialização evitável

Quando a regra é ambígua, o conflito migra para o Judiciário, com perda de tempo, caixa e previsibilidade.

5

Intermediário invisibilizado

Agentes de carga, transitários e comissárias são essenciais, mas muitas normas ignoram seu papel técnico.

6

Produtividade estatal baixa

Processo lento, exigência repetida e falta de dados públicos também reduzem a eficiência da economia.

Onde a produtividade se perde

Cada atrito operacional vira custo financeiro, atraso e perda de competitividade.



O resultado prático

- capital parado
- aumento de custo Brasil
- perda de previsibilidade comercial
- menor capacidade de competir no mercado externo
- risco de repasse ao consumidor e à indústria

Tese central

Produtividade logística deve ser tratada como política de desenvolvimento econômico.

Proposta 1: governança regulatória antes da norma

Regular melhor não é regular mais; é regular com impacto, transição e diálogo.

Medidas sugeridas

1. Consulta técnica prévia com entidades setoriais.
2. Análise de impacto regulatório para normas logísticas e aduaneiras.
3. Plano de transição obrigatório quando houver mudança operacional.
4. Matriz de responsabilidades por elo da cadeia.
5. Comitê permanente de fluidez logística e aduaneira.



O ganho econômico

**Menos surpresa normativa.
Menos custo de adaptação.
Menos autuação por dúvida interpretativa.
Mais segurança para investir e operar.**

Proposta astuta: transformar a experiência operacional das empresas em insumo obrigatório da regulação.

Proposta 2: choque de previsibilidade nos custos logísticos

O empresário precisa saber o que paga, por que paga, quando paga e a quem pode recorrer.

1 Transparência

demurrage, detention, armazenagem, retarificação e cobranças acessórias com memória de cálculo e base contratual/regulatória.

2 Mediação administrativa

canal célere na ANTAQ e órgãos competentes para solução de conflitos recorrentes antes da judicialização.

3 Indicadores públicos

tempo médio de liberação, gargalos por etapa, causas de atraso e desempenho por fluxo operacional.

4 Responsabilidade proporcional

ninguém deve pagar por atraso provocado por terceiro, por sistema indisponível ou por exigência pública imprevisível.



Menos opacidade nos custos = mais competitividade na ponta.

Proposta 3: modernização aduaneira com transição responsável

Tecnologia deve simplificar a operação — não apenas trocar a obrigação de lugar.



Representante
Oficial

1 Pilotos setoriais

antes da obrigatoriedade nacional, testar por modal, porte de empresa e perfil operacional.

2 Treinamento oficial

materiais padronizados, ENAP/Receita/órgãos anuentes e participação dos intervenientes.

3 Prazo mínimo de adaptação

mudança sistêmica com calendário realista e ambiente de testes.

4 Balcão de solução

canal emergencial para instabilidades, divergências de parametrização e exigências incompatíveis.

Proposta 4: reconhecer a infraestrutura invisível do comércio exterior

Intermediários logísticos e aduaneiros conectam a política pública à operação real.

Quem viabiliza a fluidez?

Agentes de carga
Transitários
Comissárias de despacho
Operadores logísticos
Intermediários técnicos



Sugestão cirúrgica

Incluir formalmente as entidades representativas dos intervenientes logísticos nas mesas técnicas de normas aduaneiras, portuárias, aeroportuárias e de comércio exterior.

Não se trata de privilégio. Trata-se de ouvir quem transforma a norma em procedimento, documento, custo, prazo e entrega.

Resultado: menos erro, menos conflito e mais aderência da política pública à realidade operacional.

Agenda de 90 dias: medidas concretas

Da audiência pública para uma pauta objetiva de entrega institucional.

0–30 dias

**instalar grupo técnico com
Câmara, órgãos
reguladores, Receita Federal
e entidades setoriais.**

Governança

31–60 dias

**mapear gargalos
prioritários: sobrestadia,
armazenagem, DUIMP,
integração de sistemas e
divergências operacionais.**

Diagnóstico

61–90 dias

**entregar minuta de
recomendações:
transparência de custos,
transição regulatória,
mediação e indicadores
públicos.**

Entrega normativa

**Pedido institucional à
CDE**

Que a competitividade logística e aduaneira seja tratada como eixo permanente da agenda de produtividade brasileira.

Síntese final

O Brasil será mais competitivo quando sua carga circular com previsibilidade, custo transparente e segurança jurídica.

SINDICOMIS Nacional e ACTC colocam-se à disposição para contribuir com propostas técnicas, dados setoriais e articulação institucional.

Luiz Ramos
Presidente



Referências institucionais e uso do material

Fontes públicas utilizadas para enquadramento da audiência:

- Câmara dos Deputados — REQ 5/2026-CDE: requerimento de audiência pública sobre competitividade, produtividade e ambiente de negócios.
- Câmara dos Deputados — REQ 21/2026-CDE: aditamento ao REQ 5/2026-CDE.
- Câmara dos Deputados — página do evento legislativo de 06/05/2026.
- Imagens: Câmara dos Deputados e Ministério de Portos e Aeroportos/Gov.br.